



Sustentabilidade
em Debate

El ecologismo de los pobres, de Joan Martínez-Alier

Clóvis Cavalcanti

Pesquisador Titular, Fundação Joaquim Nabuco, Recife (PE)
clovati@fundaj.gov.br

Recebido em 04.08.2011

Aceito em 30.09.2011

RESENHA

MARTÍNEZ ALIER, Joan. **El ecologismo de los pobres**. 4a ed., ampliada. Conflictos ambientales y lenguajes de valoración. Lima: Espiritrompa Ediciones, 2010. 416 pp. ISBN: 978-612-45727-0-8.

Este livro é nova edição em espanhol do volume escrito e publicado originalmente em inglês – *The environmentalism of the poor. A study of ecological conflicts and valuation* (Cheltenham, United Kingdom: Edward Elgar, 2002) –, já traduzido para o português por Maurício Waldman (*O ecologismo dos pobres. Conflitos ambientais e linguagens de valorização*. São Paulo: Editora Contexto, 2007). A primeira edição em espanhol é de 2002; a presente constitui a quarta edição.

Ela se distingue das anteriores por ter sido ampliada no Peru, com a inclusão no final de dois capítulos, que totalizam 60 páginas. Em qualquer das versões, pode-se assegurar que a obra de Alier contribui admiravelmente para o entendimento

das relações entre natureza e sociedade. Ela tem o mérito, ainda, de tratar da abordagem da economia ecológica (EE) em conjunção com a perspectiva da ecologia política. Assim, tanto fala dos elos percebidos quando considera o sistema econômico um subsistema aberto do ecossistema, axioma da EE, quanto dos problemas suscitados pelo uso da natureza no contexto das estruturas de poder. Cada uma tem linguagens de valorização próprias, de que resulta a diversidade de conflitos socioambientais que há no mundo.

O livro se detém diversas vezes, repetidamente mesmo, no confronto doloroso entre a destruição sistemática da natureza, para que se ganhe dinheiro, e a necessidade de sua conservação, para que se possa sobre-



viver. Chega a afirmar que não deve haver confusão sobre o tema central de que trata: “a resistência (local e global), expressa em diferentes linguagens, contra o abuso de natureza e a perda de vidas humanas” (p. 20). Nesse sentido, faz lembrar os versos de Cecília Meireles, no *Romanceiro da Inconfidência* (de 1953): “que a sede de ouro é sem cura/ e, por ela subjugados,/ os homens matam-se e morrem,/ ficam mortos, mas não fartos”.

A idéia de um “ecologismo dos pobres”, em contraposição à crença de que defender a natureza seja um luxo dos ricos, “um novo movimento social monotemático, próprio de sociedades prósperas, típico de uma época pós-materialista” (p. 358), toma corpo na observação dos conflitos e na sua expressão como estratégia de sobrevivência dos pobres. Estes, que, obviamente, como todo ser vivo, querem continuar vivendo, tornam-se conscientes da necessidade de conservar os recursos naturais, a exemplo da água e da mata. Tal “consciência, amiúde, é difícil de descobrir porque não utiliza a linguagem da ecologia científica, mas linguagens locais como a dos direitos territoriais indígenas ou a linguagem religiosa” (p. 358).

É daí que desponta o tópico freqüente, no livro, da incomensurabilidade, ou comparabilidade fraca, de valores, atropelada a toda hora, na vida moderna, pela primazia do econômico sobre qualquer outra dimensão. Alier insiste nessa questão, aludindo a noções como a de (in)justiça, e racismo, ambiental, conflitos ecológicos distributivos, intercâmbio ecologicamente desigual, valores não-econômicos. Ele insiste em denunciar o monopólio da dimensão econômica sobre as demais. Quanto a isso, levanta dúvidas de grande pertinência. Por exemplo: “Quem tem o poder de impor a linguagem econômica como linguagem suprema numa discussão ambiental? Quem tem a capacidade de simplificar a complexidade, desqualificando outros pontos de vista?” (p. 19).

Ora, os conflitos ecológicos distributivos manifestam o enfrentamento constante que ocorre no metabolismo social da natureza entre esta última e a economia, com os seus altos e baixos, as suas novas fronteiras, as suas urgências e incertezas. É aí que a razão de ser da economia ecológica aparece na moldura do ambientalismo – ou dos vários ambientalismos. Na verdade, Alier introduz no Capítulo I as três correntes que ele percebe no movimento ecologista, com muita coisa em comum entre si, inclusive a ojeriza dos antiecológicos. Indica que o seu propósito é tratar do crescimento que o ambientalismo tem exibido. A primeira das correntes identificadas, que se respalda na biologia da conservação, é a do “culto ao silvestre”, da defesa e sacralidade da natureza imaculada, do amor às florestas primárias. Nela se inclui o biocentrismo da ecologia profunda. Ela está na raiz da noção de incomensurabilidade de valores, “um tema central da economia ecológica” (p. 24). Está contida também no lema de John Muir (1838-1914): “A Terra pode sobreviver bem sem amigos, mas os humanos se quiserem sobreviver, devem aprender a ser amigos da Terra” (p. 26).

À segunda corrente ecologista, que tem respaldo na economia ambiental e na ecologia industrial, Alier chama de “credo (ou evangelho) da ecoeficiência”. Ela admite o crescimento econômico, mas não a qualquer custo, confiando no desenvolvimento sustentável, no uso prudente dos recursos, no controle da contaminação, na modernização ecológica. A sua preocupação é com os impactos ambientais e os riscos para a saúde das atividades produtivas. Daí defender iniciativas que promovam a eficiência econômica, como os impostos verdes, preços corretos, internalização das externalidades, tecnologias limpas, valoração da natureza.

Finalmente, a terceira corrente de ativismo ambiental, que desafiaria as duas anteriores, seria,

no entender de Alier, o “ecologismo dos pobres”. Ela pode ser chamada também de ecologismo popular ou, como é conhecida nos Estados Unidos, de movimento da justiça ambiental (p. 33).

É sobre essa terceira tendência do ambientalismo, o “ecologismo dos pobres”, que se ampara na ecologia política, e a justifica, que versa o livro de Alier. Ela diz respeito a temas como o do avanço das fronteiras do petróleo, do gás, do alumínio, do cobre, da palma, do camarão, do ouro e da soja transgênica na direção de novos territórios. “Isso cria impactos que não são resolvidos por políticas econômicas ou mudanças de tecnologia e, portanto, recaem desproporcionalmente sobre alguns grupos sociais que muitas vezes protestam e resistem (embora tais grupos não costumem se denominar de ecologistas)” (p. 34). O eixo central do ecologismo dos pobres não tem nada a ver com uma reverência sagrada à natureza. Ele foca interesse no significado material do meio ambiente, “como fonte e condição para o sustento; não tanto uma preocupação pelos direitos das demais espécies e gerações futuras humanas, e sim pelos humanos pobres de hoje” (p. 34). A ética da tendência, portanto, clama por justiça social e ambiental agora, entre os humanos. Um movimento que a ilustra é a Via Campesina. As denúncias de biopirataria (apropriação do conhecimento tradicional de povos indígenas) se incluem no ambientalismo dos pobres, cujo crescimento no mundo se deve a conflitos ecológicos distributivos sérios e freqüentes (caso, em 2011, de Belo Monte, no Brasil, e da estrada Beni-Cochabamba, na Bolívia, por exemplo).

O Capítulo II versa sobre o sentido e alcance da economia ecológica. Apresenta as suas origens, associando-as a um enfrentamento sem remédio e em evolução “entre expansão econômica e conservação do meio ambiente” (p. 40). Fala dos condicionantes físicos do processo econômi-

co, da economia como um subsistema do ecossistema global, finito, e da necessidade de serem considerados também aspectos históricos na economia. Importante é a análise que faz das disputas sobre sistemas de valoração e aspectos distributivos da produção. No Capítulo III, sobre índices de (in)sustentabilidade e neomaltusianismo, a ênfase recai sobre a medição, elaborada pela biologia, da apropriação humana da produção primária líquida e sobre a pegada ecológica. Discute-se aí a questão da desmaterialização (ou não) do consumo, da taxa de desconto temporal, da capacidade de suporte. O nascimento da ecologia política é examinado no Capítulo IV, que começa afirmando que a economia não emprega hoje menos energia que no passado, nem está se desmaterializando. Vários casos de conflitos ambientais e economia de rapina são examinados, a exemplo dos suscitados pela contaminação da atividade de mineração no Peru e na Andaluzia. Alier aproveita para delimitar o campo de atuação da ecologia política e, com base em formas de propriedade e gestão de recursos, para desfazer a famosa tese da “tragédia dos comuns”, de Garrett Hardin (1915-2003).

Examinando casos concretos de ecologismo dos pobres, os Capítulos V e VI do livro abordam situações de conflitos ambientais como expressão de conflitos de valoração. A exploração predatória do camarão, mostrada no Capítulo V, permite que se fale de uma tragédia dos fechamentos (*enclosures*, em inglês), bem distinta da tragédia dos comuns. Casos como o do petróleo do Delta do Níger e os seus mártires, do movimento Chipko (Índia), dos seringueiros de Chico Mendes, da biopirataria e outros fazem parte do valioso material empírico contido no Capítulo VI. Valores díspares em confronto são aí apreciados, concluindo-se com a pergunta: “Como calcular as indenizações a pagar em dólares pelos danos

produzidos?” Diante da inexistência de uma unidade comum de medida confiável para solução desse impasse, uma saída seria a técnica de avaliação multi-critério (p. 200).

O Capítulo VII apresenta conflitos urbanos, especialmente os relacionados ao planejamento das cidades e ao trânsito. Procura demonstrar que as cidades não são ambientalmente sustentáveis (elas se valeriam da pegada ecológica para escapar à insustentabilidade). Assim (p. 209), em Los Angeles, para os 3,65 gigajoules por ano do consumo endossomático necessário de uma pessoa, correspondem 40 gigajoules, aproximadamente, de transporte pessoal – ou seja, quase 11 vezes mais. Uma solução para a insustentabilidade inerente da cidade é o que muitas delas fazem: usar espaço ambiental alheio ou jogar esse ônus para guetos internos ou periferias pobres (p. 216). Contribuem, assim, para reforço da distribuição ecologicamente iníqua. Essa mesma tecla reaparece no Capítulo VIII, que estuda os movimentos de justiça ambiental nos EUA e África do Sul. Nesses países, os impactos deletérios em áreas onde vivem pobres tendem a ser muito maiores do que nas ocupadas pelos ricos. Acrescenta Alier: “A prática de exportar dejetos tóxicos para outros países tem sido descrita como injustiça ambiental ou racismo ambiental em escala global” (p. 236). No Brasil, aventou-se há 30 anos a possibilidade de o lixo nuclear de Angra dos Reis, no estado do Rio de Janeiro, ser armazenado no Nordeste. Puro racismo.

O papel do Estado e outros atores (entre os quais, o *Intergovernmental Panel on Climate Change - IPCC*) nos conflitos ecológicos é considerado no Capítulo IX. Alier menciona que, nos estados do Sul, com frequência, continua-se “acreditando na velha doutrina do crescimento econômico a qualquer custo” (p. 253). O capítulo dedica atenção também aos “*planteamientos*” feministas. Adota a

posição de que o meio ambiente seja um direito humano. No Capítulo X, intitulado “A Dívida Ecológica”, examina-se o passivo causado ao meio ambiente pelo intercâmbio ecologicamente desigual do comércio entre países. A ótica da economia ecológica conduz o raciocínio, levando a uma postura crítica do livre-cambismo. É levantada a questão do *dumping* ecológico, quando a venda de bens é feita com preços que não incluem compensação pelas externalidades negativas ou pelos esgotamentos de capital natural.

O empolgante tema das relações entre a ecologia política e a economia ecológica constitui a matéria do Capítulo XI. No Capítulo XII, Alier dá um fecho à terceira edição de sua obra. Faz um balanço de suas idéias centrais. Começa com elementos da economia ecológica, mostrando que, quando a economia cresce, utiliza necessariamente mais recursos naturais (aceleração do crescimento = aceleração da destruição) e lança mais resíduos na natureza. Ainda que não cresça, vai necessitar de mais provimento de petróleo, gás, carvão, simplesmente porque a energia não é reciclável. Nesse processo, o metabolismo das sociedades ricas só se sustenta mediante a extração a preços baratos de recursos das pobres. Está aí a razão de persistirem os conflitos ecológicos e de se lutar pela justiça ambiental. O assunto reaparece no balanço do ecologismo dos pobres, 20 anos depois, tópico do capítulo final (o XIII) deste livro extraordinário. Leitura obrigatória.